

CONVITE N.º 01/2009

PROCESSO N.º 22/2009

REF.: CONTRATAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO COMUNITÁRIO NO BAIRRO CIDADE NOVA, CONFORME CONVÊNIO Nº 0212/2008 CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1- PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Pederneiras, através do Departamento de Compras, situada à Rua Siqueira Campos n.º S-64, CONVIDA essa conceituada empresa a participar do presente certame licitatório, na modalidade “CONVITE”, tipo de licitação a de “MENOR PREÇO”, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993.

1.2. Para o recebimento dos envelopes “PROPOSTA”, fica determinado o dia **18/02/2009, até às 14:00 horas**, os quais deverão ser entregues no setor de Protocolo, sito a Rua Siqueira Campos, n.º S-64, nesta cidade de Pederneiras.

1.3. O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 14:15 horas, na sala do Departamento de Compras no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

1.4. Depois do horário e data fixados para o recebimento dos envelopes “PROPOSTA”, nenhum outro será aceito.

2 - OBJETO

2.1. Contratação das obras de construção de um Centro Comunitário, com aproximadamente 251,47 m² de área, localizado na Rua Kataz Razuk, s/n, no Bairro Cidade Nova - Pederneiras – SP, com o fornecimento de toda a mão-de-obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários, conforme anexos I, II, III, IV e V deste Edital, bem como Convênio nº 0212/2008 celebrado com a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Governo do Estado de São Paulo.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Além das empresas convidadas pela Administração, poderão participar do presente Convite empresas interessadas, cadastradas na correspondente especialidade, na Prefeitura Municipal de Pederneiras, que manifestarem interesse na participação com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia previsto para entrega das Propostas.

4 - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

4.1. Nome do órgão Licitante

4.2. Número do Convite

4.3. Dia e horário de encerramento do Convite

4.4. Indicação da razão social e endereço completo do Proponente.

5 - ENVELOPE “PROPOSTA”

5.1. O envelope “PROPOSTA” deverá conter internamente o envelope “A” e o envelope “B”, sendo que:

5.1.1. O envelope “A” deverá conter:

5.1.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.1.2 – REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa a tributos mobiliários;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativa ao ICMS;

d) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND);

e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

f) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar n° 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII deste Edital.

g) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

h) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Pederneiras, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

i) A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.1.1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos. Quando se tratar de registro fora do Estado de São Paulo, a chancela do CREA/SP demonstrando que tem condições legais de atuar no Estado de São Paulo

b) Atestado de Visita ao local das obras emitido pelo Diretor do Departamento de Obras e Vias Públicas, ou pelo Diretor da Divisão de Obras Públicas. **A visita deverá ser efetuada por responsável técnico da empresa.**

c) Comprovação de aptidão da empresa para execução das obras mediante:

c.1) Atestado (s) ou Certidão (s) de execução de obras ou serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecidos por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente certificado (s) pelo CREA.

c.2) Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente, responsável técnico, detentor de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA, na execução de obra ou serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

c.3) A comprovação do vínculo empregatício do profissional (responsável técnico) será mediante cópia do contrato de trabalho com a empresa, registro do empregado; ou ata de eleição de diretoria ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, com validade na data da licitação; ou pela certidão de registro e quitação do CREA com validade na data da licitação.

OBS.: Os profissionais indicados pela licitante, para fins de comprovação técnica, deverão participar da obra licitada durante toda a execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração Municipal. A Administração Municipal poderá também pedir a substituição de pessoal que não atenda às qualificações mínimas exigidas.

5.1.1.4 - CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1.5 - Observações

a) Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas.

5.1.2. O envelope “B” deverá conter:

5.1.2.1. A proposta propriamente dita digitada ou datilografada, redigida em idioma nacional de forma clara e detalhada, isenta de emendas ou rasuras, devendo ser assinada ao seu final e rubricadas as demais folhas, devendo constar:

- a) indicação da empresa: razão social, endereço completo, CNPJ e Inscrição Estadual;
- b) número do Convite;
- c) Descrição das obras, obedecidas as especificações citadas nos Anexos I, II, III, IV e V .
- d) O preço ofertado, expresso em moeda corrente nacional, deverá incluir todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre as obras, sem a inclusão de expectativa inflacionária ou encargos financeiros, devendo constar:
 - d.1) validade da proposta igual ou superior a 30 (trinta) dias a contar da data da abertura do envelope “PROPOSTA”,
 - d.2) assinatura e identificação do representante legal.

5.1.2.2 – Deverá ser apresentada Planilha Orçamentária e Cronograma Físico – Financeiro contendo todos os itens daqueles constantes dos Anexos III e IV deste Edital.

Observações:

- a) Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 30 (trinta) dias, independentemente de qualquer outra manifestação.
- b) O preço apresentando deverá ser fixo e irrevogável, para pagamento na forma do disposto no item 8.1 deste edital.

6 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

6.1. O presente Convite será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.1.1 - No local, hora e dia designados no preâmbulo deste Convite, na presença dos licitantes ou de seus representantes que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, a Comissão Municipal de Licitações iniciará os trabalhos, examinando os envelopes “PROPOSTA”, os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, procedendo, a seguir, à sua abertura.

6.1.2 - Uma vez abertas as propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste convite.

6.1.3 - As propostas serão examinadas e rubricadas pelos proponentes ou seus representantes presentes, e será procedida a leitura dos preços e condições oferecidas.

6.1.3.1 - Caso o preço global seja diferente do produto dos preços unitários multiplicados pelos quantitativos, prevalecerão os preços unitários, modificando-se o preço global.

6.1.4 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada por todos os presentes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

6.1.5 - Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa e realizada em reunião posterior.

6.2 - Critério para fins de julgamento da Proposta

6.2.1. Desclassificação

6.2.1.1. Serão desclassificadas as Propostas que:

- a) não obedecerem as condições estabelecidas no Convite;
- b) apresentarem preços manifestamente inexecutáveis ou excessivos;
b.1.) Será considerado preço excessivo aquele que estiver acima de R\$ 143.245,21;
- c) não atendimento aos subitens 5.1.1.1, 5.1.1.2, 5.1.1.3, 5.1.1.4 e 5.1.1.5

6.2.1.2. Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos Licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para reapresentação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação.

6.2.2. Classificação

6.2.2.1. As Propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão Municipal de Licitações, que fará a classificação, levando-se em conta exclusivamente o menor preço, desde que não ultrapasse o valor de R\$ 143.245,21.

- a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;
- b) No caso de empate, como critério de desempate será realizado sorteio na presença dos Licitantes empatados, em dia e horário a ser fixado ou na própria sessão.

6.2.2.2. Tratando-se de microempresas ou empresas de pequeno porte, se houver empate, será assegurado o direito de preferência às mesmas, nos seguintes termos:

- a) Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **10%** (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- c) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar data de convocação da Comissão Municipal de Licitações, sob pena de preclusão;
- d) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea “a” deste subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;
- e) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;
- f) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;
- g) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retornar-se-ão, obedecida a ordem de classificação, os procedimentos relativos à licitação, com a convocação dos licitantes remanescentes, para o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido na alínea “a” deste subitem;
- h) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista na alínea anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

6.3. Da adjudicação e homologação

6.3.1. A Comissão Municipal de Licitações fará a adjudicação à primeira classificada.

6.3.2. Adjudicado o objeto, a Comissão Municipal de Licitações, após decorrido o prazo de interposição de recurso contra o julgamento e/ou julgado o interposto, encaminhará os autos à autoridade que ordenou a abertura do procedimento licitatório para fins de deliberação quanto à homologação da adjudicação.

7 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1. O Proponente vencedor deverá assinar o contrato dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do comunicado expedido pela Prefeitura Municipal de Pederneiras.

7.1.1. Fica designado como local de retirada do instrumento de contrato, o Departamento de Compras, sito à Travessa Anchieta, n.º S- 55.

7.2. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não retirar o instrumento de contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira

classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

7.3. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do Contrato, a **regularidade fiscal**, no prazo de **dois dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério do Município de Pederneiras, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da lei federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da contratação;

7.4. Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido na alínea “a” do subitem 6.2.2.2 deste edital;

7.5. Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atenderem aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das propostas, com vistas à contratação.

8 - DA GARANTIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DA OBRA

8.1 – No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar:

8.1.1 – Título de Garantia do Contrato, conforme artigo 56, da lei nº 8.666/93, no montante de 5% (cinco por cento) do valor do mesmo, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

8.1.1.1.- Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública;

8.1.1.2 – Seguro – Garantia;

8.1.1.3 – Fiança Bancária.

8.2 – A Caução de Garantia prevista no item 8.1 será liberada ou restituída após a conclusão e aceitação definitiva da obra objeto da presente licitação, após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo das obras.

8.2.1.- A Caução Garantia quando prestada em Dinheiro, deverá ser devolvida atualizada monetariamente, conforme prevê o § 4º do art. 56 do citado diploma legal.

8.2.2 – Se a caução for prestada em Títulos da Dívida Pública, deverá o licitante vencedor apresentar no ato a relação dos mesmos.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado conforme Cronograma Físico-Financeiro, em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação ao Departamento de Gestão e Controle Financeiro,

da Nota Fiscal ou Fatura correspondente aos serviços prestados, acompanhada do relatório de medição devidamente atestado pelo Diretor da Divisão de Obras Públicas da Prefeitura Municipal, **bem como após a liberação dos recursos pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Governo do Estado de São Paulo.**

10 - DAS SANÇÕES

10.1. Pela recusa injustificada de retirar o instrumento de contrato dentro do prazo estabelecido, multa de 20% (vinte por cento).

10.1.1. A penalidade prevista no subitem 9.1. não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

10.2. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita pela Administração, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, a contratada fica sujeita, a critério da Administração à multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

11 – DOS RECURSOS

11.1. Somente serão aceitos recursos previstos na Lei Federal n.º 8.666/93, os quais deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, no horário das 9:00 às 11:00hs e das 13:00 às 17:00hs.

12 - DEFINIÇÕES

12.1. Para fins deste Convite, considera-se:

12.1.1. interesse na Participação

12.1.1.1. retirada do Convite 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para apresentação das Propostas, mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pela Comissão Municipal de Cadastro de Fornecedores; e/ou

12.1.1.2. apresentar os envelopes “PROPOSTA” com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, da data designada para apresentação das Propostas, devendo vir acompanhado ou conter internamente a cópia do Certificado de Registro Cadastral emitido pela Comissão Municipal de Cadastro de Fornecedores.

12.1.2. Representante

12.1.2.1. Proprietário, sócio-gerente ou Diretor, devidamente comprovado pelo estatuto da empresa, e/ou;

12.1.2.2. pessoa credenciada pela empresa, passada em papel timbrado e/ou por instrumento público.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante do presente Convite os seguintes anexos:

- 13.1.1 – Anexo I – Plantas (01/02 e 02/02);
 - 13.1.2 – Anexo II – Memorial Descritivo;
 - 12.1.3 – Anexo III – Planilha Orçamentária;
 - 13.1.4 – Anexo IV – Cronograma Físico –Financeiro;
 - 13.1.5 – Anexo V – Minuta de Contrato;
 - 13.1.6 – Anexo VI – Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;
 - 13.1.7 – Anexo VII – Modelo de Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte e;
 - 13.1.8 – Anexo VIII – Modelo de Declaração de Procedência Legal da Madeira.
- 13.2. Além das disposições expressas neste Convite, as Propostas sujeitam-se à Legislação vigente.
- 13.3. Os recursos orçamentários disponíveis para o presente convite são os seguintes:
- 13.3.1. Ficha nº 0493 – Obras e Instalações – 02.18.01 – Divisão de Esportes – Convênios Estaduais - Vinculados e;
 - 13.3.2. Ficha nº 0494 – Obras e Instalações – 02.18.01 – Divisão de Esportes – Tesouro.

14 - DO HORÁRIO E LOCAL DE OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. O convite será afixado para consulta e conhecimento de todos no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Pederneiras e poderá ser obtido por interessados cadastrados, sem ônus, junto ao Departamento de Compras, sito à Travessa Anchieta, n.º S-55 - Centro, até 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega das propostas.

14.2 Todos os demais esclarecimentos complementares sobre os serviços serão fornecidos pelo Diretor de Divisão de Obras Públicas, no mesmo endereço mencionado no item 14.1., no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, até o último dia previsto para entrega das Propostas.

14.3. Pequenos erros ou o desatendimento a meras formalidades que não tragam prejuízo algum para o processo não ensejarão inabilitação ou desclassificação de qualquer licitante.

Pederneiras, 06 de fevereiro de 2009.

LUIS CARLOS RINALDI
Diretor de Compras e
Controle Patrimonial